

ADUFRJ
NOTA DA DIRETORIA

A diretoria da ADUFRJ expõe nesta nota algumas ponderações, para reflexão sobre nosso movimento.

As questões aqui levantadas dizem respeito apenas a condução da luta salarial e a problemática do corte de verbas públicas que atinge a Universidade Autárquica. Com estes objetivos julgamos importante fazer uma avaliação de todo processo que resultou na paralisação do dia 25/10/83. Outros pontos importantes do nosso movimento, que são as questões internas de nossa Universidade, como transportes, condições de trabalho, regime de trabalho, carreira do magistério, financiamento ao ensino e pesquisa não são aqui abordados. No manifesto do lançamento da nossa chapa e no editorial do boletim da ADUFRJ nº 21 fizemos algumas considerações sobre esta problemática. Devemos continuar a discussão de como encaminhar estas questões.

Queremos explicitar possíveis erros que estão sendo cometidos por nosso movimento.

A assembléia do dia 19/10/83 aprovou a paralisação por 24 horas no dia 25 de outubro nas seguintes circunstâncias:

- 1 - A discussão sobre o conteúdo da paralisação ainda não havia sensibilizado o conjunto dos professores. Além disto, como indicaremos abaixo, mesmo entre os poucos colegas que participaram das discussões havia divergências quanto a este conteúdo.
- 2 - A assembléia foi realizada com 50 professores antecedita de poucas reuniões de unidades (nove) com a presença de um número reduzido de colegas.

Quanto a estas questões nossa diretoria propôs naquela assembléia que:

- a) Consideramos fundamental que haja 1 (um) dia nacional de paralisação da Universidade Brasileira. Esta paralisação faz parte da luta em defesa da não deterioração galopante de nossos salários, o que acontecerá com os dispositivos do decreto-lei 2045. Ao mesmo tempo, toda a política de submissão de acordo com o FMI, reduz as verbas para a educação e, particularmente, para a Universidade Autárquica. Devemos qualificar este dia nacional de paralisação da Universidade Brasileira, como sendo em protesto contra o 2045 e, todas as medidas equivalentes da proposta salarial do governo, bem como em protesto à atual política econômico-financeira de submissão ao FMI, corte nos gastos públicos, e todas as reivindicações (vide boletim nº 21) da greve geral decretada pela CUT, com exceção de: não pagamento da dívida externa. Esta nossa paralisação não é por tempo indeterminado para a obtenção das reivindicações, tal como proposta pela CUT.

- b) Que se vote hoje, 19 de outubro, pela paralisação do dia 25 de outubro, desde que se possa avaliar que esta decisão esteja sendo tomada por uma assembleia representativa, considerando-se também os informes das unidades.
- c) Se a assembleia de 19 de outubro for pouco concorrida, devemos marcar outra para 24 de outubro, mobilizando os professores através de reuniões nas unidades, centros, etc.

Estas nossas posições estão coerentes com a importância que damos à mobilização, na atual conjuntura, a Universidade Brasileira, que, em conjunto com os demais segmentos da sociedade, pode contribuir para a superação dos problemas que o País enfrenta, e que, conseqüentemente, atingem de forma dramática o setor da Educação.

A diretoria da ADUFRJ está convicta de que, na atual conjuntura, a nossa campanha salarial e a sobrevivência da nossa instituição, não podem ser lutas desvinculadas de outras categorias. Neste sentido devemos procurar formas que se somem ao conjunto de todos os setores sociais que explicitamente se manifestam pela mudança da política econômico-financeira.

Para viabilizar as questões abordadas anteriormente consideramos fundamental discutir o papel das diversas instâncias do movimento docente. Neste sentido expomos o processo que resultou na deflagração da paralisação de 25/10/83.

- 1 - O CONAD aprovou um indicativo às AD's de 1 (um) dia nacional de paralisação em 25/10/83. Neste CONAD a ADUFRJ propunha, em lugar do indicativo, que as AD's discutissem e realizassem assembleias até o dia 20/10/83 em face da desmobilização e da completa falta de discussão entre os professores, das propostas e teses do movimento sindical, incluindo a greve geral aprovada pelo CONCLAT de São Bernardo. A ANDES deveria, após as assembleias, fazer ou (não) o indicativo de paralisação. A proposta aprovada no CONAD se constituiu num erro que se tornou obvio quando posteriormente apenas 3 AD's paralisaram no dia 25 de outubro. Entre elas, a UFRJ.
- 2 - O encaminhamento das resoluções do CONAD adquiriu certas características que levaram a confusão entre a paralisação de 24 horas proposta e a greve geral por tempo indeterminado encaminhada pela CUT, além de tornar ambíguo o conteúdo da paralisação, uma vez que não foram assumidas explicitamente as reivindicações aprovadas no CONCLAT de São Bernardo. Apesar disto, o boletim da ANDES nº 16, de outubro de 1983, colocava em sua manchete de 1ª página "Professores na Greve Geral contra a política econômica do Governo", se contrapondo a resolução aprovada de paralisação por 24 horas. Tradicionalmente a paralisação no movimento docente tem um caráter bastante diverso da Greve Geral.

3 - Outra contradição foi a nota da diretoria da ANDES de 20/10/83 após a CUT ter recuado da greve geral. Esta nota na íntegra foi a seguinte: considerando:

- 1 - a rejeição dos decretos 2045 e 2036 pelo Congresso Nacional;
- 2 - a decisão da CUT e do conjunto das entidades sindicais empenhadas na Greve Geral do dia 25/10/83, em suspender esta forma de luta, substituindo-a por outras formas de manifestação;
- 3 - a decretação das medidas de emergência no Distrito Federal pelo governo, a ANDES sugere:
 - a) manutenção da paralisação indicada no CONAD, entendendo que ela não se esgota no 2045, mais se dirige contra toda política recessiva que neste momento se traduz no novo Decreto de arrocho salarial 2064, hoje publicado e considerando a importância de uma mobilização nacional firme contra as medidas de coerção decretadas em Brasília.
 - b) onde não for possível a paralisação, desenvolver outras formas de manifestação em conjunto com o movimento sindical e social no dia 25, participando de modo unitário dos eventos programados em cada local.
 - c) associar os eixos de protestos contra a política recessiva e contra a decretação das medidas de emergência à reivindicações específicas de cada local, com a divulgação de documentos que reúnem estes pontos.

Todos esses fatores fizeram com que fosse pouca participativa e confusa a paralisação em nossa Universidade.

Nossa luta salarial neste ano e no próximo ano deve ser conduzida de acordo com a atual conjuntura. Todos nós sabemos que nossos salários estão radicalmente aviltados (VIDE ESTUDO ANEXO) e estarão muito mais no próximo ano. Além disto, o corte de gastos públicos, proveniente dos acordos com o FMI, do qual o decreto-lei 2065 é peça fundamental, tornará ainda mais reduzidas as verbas para nossas Universidades.

O que devemos e podemos fazer frente a essa situação? Em primeiro lugar mobilizar todos os colegas para buscar formas de luta e participação que contribuam para a superação da crise econômica-política-social. Neste sentido duas tarefas se destacam: a rearticulação do movimento do funcionalismo público e a reunificação do movimento sindical. A este respeito são promissoras algumas decisões básicas do CONCLAT realizado em Praia Grande nos dias 4, 5 e 6 de novembro, como por exemplo:

1 - " Estabelecer, a partir desta data, o Estado de mobilização permanente dos trabalhadores pela mudança imediata da política econômica. O Estado de Mobilização Permanente constará de manifestação e outras atividades, que acumulem forças e façam crescer a organização e mobilização dos trabalhadores no sentido de novas jornadas de lutas nas quais o movimento sindical utilizará a arma da greve geral, se for necessária, hipótese para qual os trabalhadores devem preparar-se. A data da votação do

Decreto Lei 2065 será o primeiro passo desse Estado de Mobilização Permanente que será marcado pela realização de manifestações nos Estados e pela presença em Brasília de representantes do movimento sindical. Para a realização com amplitude e unidade dessa jornada de luta deverá a Coordenação eleita neste Congresso promover entendimentos com os partidos políticos e demais entidades populares e democráticas".

2 - "Uma das tarefas mais importantes do Conselho eleito neste Congresso é o entendimento e diálogo com todo Movimento Sindical e preparar a realização no momento oportuno e no máximo em dois anos, de um novo Congresso Nacional com a participação da esmagadora maioria das entidades, procurando assim unificar organicamente o movimento sindical para fortalecer a classe trabalhadora. Neste sentido, o Conselho eleito neste Congresso deve procurar o entendimento com os setores do movimento aqui não vieram para, desde já, unificar na prática as lutas concretas dos trabalhadores".

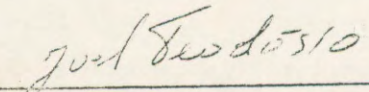
3 - "Finalmente, cabe ainda considerar a necessidade da luta pela reunificação do movimento sindical brasileiro. Para levar avante com sucesso a luta dos trabalhadores está na ordem do dia a construção e defesa do movimento sindical unitário, livre dos prejuízos do partidarismo, do paralelismo e pluralismo sindical".

Consideramos que é imprescindível que a ADUFRJ se incorpore a Intersindical do Rio de Janeiro que é um forum privilegiado, órgão onde estão representadas as diversas tendências existentes no movimento sindical do Rio de Janeiro. Entendemos que dessa maneira criaremos condições para nos unir aos movimentos e manifestações concretas das demais categorias dos trabalhadores.

Nossa participação na Intersindical do Rio de Janeiro será profícua a medida que poderemos também contribuir enquanto Universidade na superação dos diversos problemas da classe trabalhadora.

Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 1983.

Pela Diretoria da ADUFRJ


JOEL REGUEIRA TEODÓSIO
Presidente da ADUFRJ

Evolução dos Salários dos Professores das Universidades Federais
Autárquicas - Março 79/Dez 83.

Meses	Taxa de Reajuste	Índice de Salário Nominal	Índice do INPC	Índice de Salário Real
Mar 79	40%	100	100	100
Jan 80	25%	125	159,9	78,2
Mar 80	25%	156,3	174,4	89,6
Jan 81	106,3%(*)	322,3	312,1	103,3
Jan 82	82%	586,7	602,8	97,3
Maio 82	40%	821,3	757,2	108,5
Jan 83	40%	1.149,9	1.229,4	93,5
Jun 83	30%	1.494,8	1.750,8	85,4
Set 83	-	1.494,8	2.386,0	62,6
Dez 83	-	1.494,8	3.175,8(**)	47,1

Obs.: (*) A taxa de reajuste de Janeiro de 1981 foi calculada pela média das taxas obtidas pelas diversas categorias de docentes em função da aprovação da nova carreira do magistério.

(**) Supos-se uma taxa média mensal de 10% para o INPC durante o último trimestre de 1983.